

A solução das antinomias jurídicas aparentes inseridas na consolidação das leis[•]

The solution of law's antinomies in process of norms consolidation

Bruno José Ricci Boaventura^{••}

Resumo

A consolidação apresenta-se como processo de clarificação das normas vigentes, através da resolução das antinomias jurídicas aparentes. Resolver tais antinomias é possibilitar uma maior facilidade de acesso às disposições legais, tornando seus efeitos mais efetivos, cumprindo assim com responsabilidade social a atribuição de legislar do Estado.¹

Palavras chaves: antinomias; consolidação; responsabilidade do Poder Legislativo.

Abstract

A consolidation is a process of to make clear the effective norms, by resolution of law's antinomies. With that resolution is possible an easier access of the considerations of law, making their effects more valid, and, finally, the Estate can fulfill the attribution to legislate with a social responsibility.

Keywords: antinomies; consolidation; Legislative's responsibility.

[•] Artigo recebido em 13/09/2007 e aprovado em 23/11/2007.

^{••} Advogado militante em Cuiabá em direito público, sócio-gerente da Boaventura Advogados Associados S/C; Coordenador Técnico da Comissão Especial de Consolidação da Legislação Estadual da Assembléia Legislativa de Mato Grosso; Especialista em Direito do Estado, com ênfase em Constitucional, pela Escola Superior de Direito de Mato Grosso. E-mail: bboaventura@hotmail.com

¹ Comunicação apresentada no Congresso Internacional de Legística, realizado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte nos dias 10 à 12 de setembro de 2007.

I. Introdução

A construção e a reconstrução são inerentes ao direito como características da dinamicidade dos conceitos jurídicos, com o subsequente impedimento de manutenção atemporal da conceituação de seus elementos, sob pena de recair na vontade ideológica de manutenção de uma ordem jurídica ineficaz.

Os mesmos fatos não são iguais em tempos diferentes, pois os olhos daqueles que já tentavam, podem ou não, já não terem o mesmo olhar dos que passam a querer entendê-los, pois os fatos naturalmente mudam a cada piscar. Os olhares diferentes valoram fatos iguais de maneira diferente, isto representa que os fatos iguais em tempos distanciados ganham, mesmo sob os velhos olhares, novos valores. Assim os fatos velhos em um novo tempo são vistos por olhos e olhares diferentes, e os fatos novos não podem ser vistos por olhares velhos, e necessariamente em cada novo tempo, e a cada novo fato, os olhos velhos e novos, deveriam transmutar em um só ponto de vista, gerando novos valores ou valores inovados.

O direito é como a nuvem, sempre em movimento, o vento sempre estará a soprar, e o homem não parará de se repensar. O homem e o vapor são os elementos, instáveis, sempre a se modificar. O vento e o pensamento, em algum tempo sempre virão, e o direito e a nuvem então se movimentarão. O homem neutro é nuvem de chuva, sabe que o novo tempo virá, e com o Sol terá que desaguar.

A função de construir e reconstruir o direito não é feita operando um sistema, que trará sempre a previsão correta do tempo. O clima e o direito são necessariamente envolvidos por tantos e quantos elementos complexos o suficiente para caracterizar a impossibilidade da padronização perfeita da previsão de seu resultado. O direito, como produto do pensamento humano de forma de organização social, é realizado, não em um sistema de padronização perfeito da justiça como resultado, mas em uma sistematicidade capaz de conceder ao jurista a tendência de uma proporção maleável dos limites e liberdades para a concreção do seu fim. A maleabilidade através da interpretação com uso de meios próprios e previstos para a aceitação ou modificação pelo próprio jurista, como o processo de consolidação das leis. O uso destes meios é na medida, suficiente e nada mais, para o propósito da justiça, não que tenhamos de jogar sal a nuvem para ter chuva, mas a forma da nuvem é dada pelo grau de criatividade daquele a quem a olha, e a justiça é alcançada pelo direito pelo grau de criticidade daquele quem o aplica.

II. O papel das antinomias no processo de consolidação das leis

A consolidação é bem definida por Natália de Miranda Freire como a técnica legislativa que implica o exame, triagem, seleção e posterior reunião das leis em coletâneas, facilitando assim

a consulta ao seu texto por parte dos que devam conhecê-las (FREIRE, 2002, p.85). É, sobretudo, um trabalho de tornar claro aquilo que se apresenta de forma multiplamente confusa. A clareza da linguagem do Poder é quando podemos diferenciar facilmente aquilo que está do que não está de acordo com o direito, como bem elucidou Luhmann (1992).

A consolidação das Leis traz segurança jurídica bem equacionando a contribuição de objetividade e previsibilidade da ordem jurídica com a concreta realização da idéia do direito, na medida estabelecida por Atahualpa Fernandez (2006, p.118). A previsibilidade de qual norma regula o fato e como regula, dará melhores condições da pessoa elaborar o próprio projeto de vida. É esta a estreita ligação da segurança jurídica com o princípio constitucional fundante da dignidade humana, como pontilhada por Ingo Wolfgang Sarlet (2004, p.94). J.J Gomes Canotilho (1992, p. 377) ainda ressalta que o primado comando normativo da segurança jurídica advém do valor social da confiabilidade no próprio poder público, e confiar no Estado é poder prever e calcular os efeitos jurídicos dos fatos baseando-se nas normas estatais vigentes.

Gabriel Dezen Júnior já ressaltou que consolidar é oferecer unicidade material ao ordenamento, ou seja, caracterizar as questões materiais de forma única e coerente no ordenamento. Na elaboração do projeto de consolidação é necessária a sistematização das leis pela confrontação das normas, seja vertical ou horizontal, com a aplicação dos critérios solucionadores das antinomias nas seguintes ações: de fusão de disposições repetitivas ou de valor normativo idêntico, na supressão de dispositivos revogados por leis posteriores e/ou especiais², na a supressão de dispositivos declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Tribunal de Justiça, na indicação de dispositivos não recepcionados pela Constituição Federal ou Constituição Estadual³.

II. As relações inter-normativas na sistematicidade jurídica

O sistema jurídico é na teoria da tridimensionalidade de Miguel Reale, composta por três subsistemas: o da norma, o de fatos e de valores. Reis Friede (2002, p.105-106) evidencia que para o pensamento realeano a norma valora o fato na medida da evolução dinâmica e evolutiva do mundo real.

O fato, a norma e os valores não são as únicas dimensões a serem considerados no diagnóstico do sistema jurídico. Ainda temos a disposição da norma em um determinado tempo e espaço, formando assim o pentadimensionalismo axiológico, como dispôs Oliveiros Litrento (1986, p.83).

² Ação prevista nos incisos III e XI do parágrafo 2º do artigo 13 da Lei Federal Complementar n.º 95/98.

³ Ação prevista nos incisos IX e X do parágrafo 2º do artigo 13 da Lei Federal Complementar n.º 95/98.

Acaso a isomorfia entre os elementos dos subsistemas for quebrada, ou seja, um elemento fático não ter correspondente normativo teremos uma lacuna, porém quando o fato for valorado de duas formas diferentes, tal quebra é entre as unidades dos elementos do subsistema normativo, teremos então uma antinomia. Algumas ordens podem ser contrárias sem serem contraditórias, conforme os ensinamentos de João Baptista Machado (1998, p. 216), isto ocorre quando: a) há uma aplicação cumulativa das duas normas produzindo-se tanto a consequência jurídica de uma com a da outra; b) o indivíduo cuja esfera jurídica é afetada pelas consequências jurídicas das duas normas pode optar por uma delas (aplicação alternativa). Agora, quando as consequências jurídicas das duas normas se excluem reciprocamente, pelo que apenas uma das normas em concurso pode ser aplicada, uma norma quer expressamente, quer pelo seu sentido exclui a aplicação da outra quando ambas ‘concorrem’ sobre a mesma situação concreta, ou seja, quando existe uma ‘contradição’ da lei, um ‘conflito de normas’, ou melhor, conceituando, uma antinomia jurídica.

III. O fenômeno da antinomia jurídica.

Primeiramente, devemos ao menos tentar resgatar a historicidade do entendimento jurídico da contradição internormativa. Os conflitos, na Mesopotâmia, entre os primeiros textos referentes a orientação da conduta da sociedade humana (códigos de Urukagina, de Ur-Nammu, de Eshnunna, de Lipit-Ishtar de Isin, e de Hammurabi), e as prescrições locais foram resolvidas pelo prevalência destes costumes, em uma caracterização daqueles códigos em meros textos de caráter subsidiário, conforme ensinamento da assirióloga e jurista S. Lafont, trazido por Emanuel Bouzon. Os textos dos códigos representariam a ideologia do rei, em um caráter autopromocional, e significariam a intervenção do rei na sociedade e na economia, com fim propagandístico da imagem como um garantidor da justiça, como se denota nos prólogos (BOUZON, 2002, p. 22-38). A existência destes códigos, na verdade, seria ocasionada pela necessidade de transmissão com maior facilidade às futuras gerações dos costumes de conduta, e algumas estelas denotam ser na verdade não normas, mas registro histórico realizado por escribas num exercício meramente acadêmico.

A origem histórica do vocábulo antinomia, propriamente dita, nos remete ainda para Plutarco de Queroneia, em sua concepção arbitrar uma antinomia é quando existe um conflito de posições em que cada uma se apóia num modo de ver a mesma circunstância.

A tragédia grega de Sófocles, Antígona, traduz bem o nascedouro da antinomia como fenômeno jurídico. A idéia central da peça, no bojo de uma discussão sobre antinomia entre

direito natural e direito positivo, é se uma só mulher poderia questionar o Estado ou o Estado é inquestionável contra esta individualidade (privado versus público), ou seja, se Creonte deve escutar Antígona. Assim Sófocles fez a história do mundo ocidental não sendo mais um poeta trágico sentimentalista, e sim um grande ativista político poético, como bem ressaltou Friedrich Nietzsche (2006, p.71), revolucionou o pensar dos antigos, resolvendo tal antinomia, erigindo a individualização do homem à norma superior, construindo a subjetividade de direito, através do único meio possível existente: a religião. Inverteu o papel de cidadão até então existente de fazer o que o Estado-indivíduo manda para o bem da coletividade, para mandar o Estado-coletivo fazer o bem da individualidade.⁴

Na Idade Média, quando a era das enciclopédias estava inaugurada, parece que quanto maior o compêndio científico maior seria a sua credibilidade. Neste período a aparição de maior destaque eclode em Rudolf Goclenius der Jüngere ou chamado também de Rudolf Gockel (1613), filósofo alemão e professor na Universidade de Marburg, a quem alguns atribuem a concepção do termo ontologia. Em sua obra *Lexicon philosophicum*, quo tanquam clave philosophiae fores aperiuntur, uma espécie de dicionário, o autor distinguiu a antinomia tanto em sentido amplo, que ocorria entre sentenças e proposições, quanto a sentido estrito, existente entre leis.

Já no século XVIII, Johann Heinrich Zedler (1732), na sua obra *Grosses vollständiges Universal-Lexicon aller Wissenschaften und Künste* ("Great Complete Encyclopaedia of all Sciences and Arts"), no vocábulo *Gesetzwidrigkeit* (antinomia normativa), a define como conflito de leis que ocorrem quando duas leis se opõem ou mesmo se contradizem. Em 1770, Alexander Gottlieb Baumgarten, faz menção à antinomia entre direito natural e direito civil, no seu livro *Philosophia generalis*. A Enciclopédia Perthensis, ou o Dicionário Universal das artes, ciências e literatura, impressa em Edinburgh por Alexander Aitchison no ano de 1796, estabeleceu a possibilidade de contradição de dois artigos da mesma Lei, e ainda o início de uma doutrina contra a coexistência conceitual de antinomias e sistema (AITCHISON, 1976, p. 244).

A Londrina Enciclopédia, ou Dicionário universal da ciência, arte, literatura e práticas mecânicas: compromisso com a visão popular do presente estado do conhecimento, impressa em 1.839, por T.Tegg (1839), incluiu na descrição a oposição de lei entre a sistematicidade jurídica externa e a prática jurídica interna de um país. Em 1845, a Enciclopédia Metropolitana, ou Dicionário Universal do Conhecimento, escrito pelos reverendos Edward Smedley; Hugh James

⁴ Ver o texto: Antígona: mãe da individualização do direito. Disponível em: www.revistadoutrina.trf4.gov.br/artigos/edicao017/Bruno_Boaventura.htm

Rose e Henry John Rose (1845), definiu a antinomia como: a law against; particularly applied to a law against the law, the opposition of law or rule to another law or rule. James McElligot, em 1.846 (p. 150), descreveu antinomia como contraposição em desfavor de uma obrigação moral.

A idéia do conflito normativo como premissa do conceito adotado modernamente surgiu no período de consolidação de idéias políticas e jurídicas da Revolução Francesa. John Gilissen, quando firmou a concepção do direito como sistema, tornou imprescindível para a problemática jurídica a conceituação de antinomia em termos de profundidade. A partir do século XIX, com surgimento do constitucionalismo, a idéia de sobreposição de uma norma sobre outra ganha outro aspecto, além da temporalidade, a vinculariedade com a Constituição.

A doutrinadora francesa Simone Goyard-Fabre (2002, p.111-113) leciona que a idéia-força era o direito elaborado sob a égide de uma ordem constitucional ganharia eficiência prática sob o manto de uma diretividade normativa imperativa aos próprios textos legais, impondo assim ao direito consuetudinário a sobrevalência dos ditames estatais.

A antinomia jurídica é encarada na contemporaneidade como fenômeno inerente à sistematicidade jurídica, a naturalidade desta concepção se deve, como diria Hugo de Brito Machado (2004, p.164-165), em razão de o ordenamento jurídico ser elaborado por diversas pessoas, que atuam em espaços diversos, motivados por interesses também diversos, em tempos diferentes. O fenômeno jurídico da antinomia estando presente no sistema jurídico, tal contradição deverá ser suprida, pois o princípio da unidade do sistema jurídico formula a idéia teórica da coerência. A professora Maria Helena Diniz (2001, p. 15) aponta com maestria que é a própria ciência do direito que indica os critérios para solução dos conflitos normativos na tentativa de manutenção desta harmonia. Assim sendo toda e qualquer contradição, utilizando os procedimentos via critérios pré-definidos, deverá ser eliminada para uma facilitação da aplicação do direito. Esta supressão, primeiramente, é pela aplicação dos critérios pré-definidos, ou pelo caminho da invalidez de eficácia de uma das Leis, respectivamente estas são as classificações da antinomia jurídica em aparente ou real.

As antinomias são suscetíveis de existência em todo tipo de relacionamento de normas. É necessário estabelecer uma classificação das antinomias jurídicas quanto ao tipo de relacionamento. A antinomia jurídica não pode ser classificada como antinomia lógico-matemática, pois este tipo de antinomia restringe o produto, ou seja, o resultado invalida automaticamente a norma sobrepujada. O sistema lógico matemático necessariamente deve

existir sem a presença de contradições, pressupondo assim a total coerência. O conceito elementar é puramente lógico, sem influência valorativa como acontece no raciocínio jurídico.

Os conceitos numéricos da norma matemática são invariáveis, são sempre exatos, depende desta unicidade perfeita a construção dos conceitos matemáticos em equações e teoremas. A norma mais básica e as subseqüentes criadas em sua referência ao longo do tempo e espaço sempre expressam o mesmo dado fático matemático, independentemente de quem a aplica.

O reconhecimento da possibilidade da existência de antinomia lógico-matemática levaria à impossibilidade da suscetibilidade de comprovação prática dos resultados obtidos com as equações. Toda construção, a partir do momento da aceitação da antinomia, comprometeria a perfectibilidade como produto, levando o sistema à falácia.

A antinomia de normas jurídicas não se classifica como uma contradição lógica, pois a sua existência não implica em afirmar que uma norma necessariamente sempre será inválida e outra será sempre válida. O conflito normativo quando é solucionado, não há eliminação da norma, mas sim seguimento por um dos possíveis pressupostos, ou seja, por uma das normas, como bem dita Wilson de Souza Campos Batalha (1986, p. 366). O pensamento kelsiano a rigor também não caracteriza as antinomias jurídicas como lógicas-matemáticas, reconhece que este conflito não pode ser comparado com uma contradição lógica, mas apenas duas forças atuantes em direção aposta ao mesmo ponto. Max Weber acredita que a impossibilidade de caracterização da ordem jurídica como algo sem contradição interna deve-se a sua relação com outras ordens, como a econômica⁵.

Marcos Fabus Quintiliano, conforme José Rodríguez Rivera, definiu que a antinomia jurídica é do tipo semântica. As construções subjetivas da intenção do texto da Lei feito pelas partes interessadas remetem a antinomia quando as concluem por sentidos opostos. A antinomia jurídica seria uma manifestação de um conflito comunicacional, ou seja, um problema da construção de interpretações antagônicas de um mesmo dado lingüístico (RIVERA).

A tese de Ferraz Júnior (2006, p. 7) que coloca a antinomia jurídica no ângulo pragmático, pelo preenchimento do pressuposto que uma instrução que para ser obedecida, deve

⁵ “Para esse fim, assim procede: partindo da vigência empírica indubitável daquelas normas, procura classifica-las de modo a encaixá-las num sistema sem contradição lógica interna. Esse sistema é a “ordem jurídica” no sentido jurídico da palavra. (...) Quando, apesar disso, a ordem econômica e a jurídica estão numa relação bastante íntima, é porque esta última é entendida não em seu sentido jurídico mas sociológico: como vigência empírica. O sentido da palavra “ordem jurídica” muda então completamente. Não significa um cosmos de normas interpretáveis como logicamente “corretas” mas um complexo de motivos efetivos que determinam as ações humanas reais.” WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª ed. Brasília: ed. UNB. 1998, p.209-210.”

ser ao mesmo tempo ser desobedecida para ser obedecida, deixando o sujeito em indecibilidade, e já confirmada por tantos outros, como Roberto Carlos Batista (1998, p. 25-38)., a de se considerada.

Porém, Fritz Schreier, (apud LORINI, 1995, p.562-586) esclarece que as conseqüências da antinomia jurídica não são comunicacionais, são efeitos jurídicos concretos, não podendo assim classificá-las como do tipo semântica e nem pragmática, mas em uma classificação sui generis⁶.

III.1 A caracterização da real antinomia jurídica

O processo de consolidação tem o intuito de resolver as antinomias jurídicas aparentes e não as reais, pois estas são necessariamente solucionadas com a retirada de uma das normas da sistematicidade jurídica, através da concreção de uma das opções valorativas em um devido processo legislativo próprio. Em razão disso a tecnicidade do trabalho de consolidação dependerá da correta caracterização das antinomias jurídicas.

Antinomia aparente é introdutoriamente tratada por Kelsen (1997. p. 29) como conflitos normativos que podem e devem ser resolvidos pela via interpretativa. É conciliável ao conceito de sistema jurídico do direito, pois a mesma não fere, essencialmente, o princípio da unidade do sistema e idéia da coerência entre os elementos normativos. O apontamento de uma lei em detrimento de outra será por critérios preexistentes (cronológico, hierárquico e da especialidade).

O conceito de antinomia jurídica real por Tércio Sampaio Ferraz Júnior (1978. p.14) é a oposição que ocorre entre duas normas contraditórias (total ou parcialmente), emanadas de autoridades competentes num mesmo âmbito normativo que colocam o sujeito numa posição insustentável pela ausência ou inconsistência de critérios aptos a permitir-lhe uma saída nos quadros de um ordenamento dado. Assim para a configuração de uma antinomia como real é necessário o preenchimento das seguintes condições: a) Ambas as normas sejam jurídicas, ou seja, é incontestável legislações de gêneros distintos⁷; b) Ambas sejam vigentes e pertencentes a um mesmo ordenamento jurídico⁸; c) Ambas devem emanar de autoridades competentes num mesmo âmbito normativo, prescrevendo ordens ao mesmo sujeito; d) Ambas devem ter operadores opostos (um permite e outro obriga) e os seus conteúdos (atos e omissões) devem ser

⁶ LORINI, Giuseppe. Incoerenza senza opposizione. Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto. n.º 03. vol. 72. julho-setembro. Roma: Giuffrè Editore. 1995. p.562-586.

⁷ Não se caracteriza antinomia real um antagonismo entre uma lei físico – natural e uma norma jurídica ou ainda, uma norma moral e uma norma jurídica.

⁸ Em se tratando do ordenamento jurídico brasileiro, não há antinomia real entre norma jurídica deste ordenamento com a norma jurídica do ordenamento português não integrada.

a negação interna um do outro⁹; e) O sujeito, a quem se dirigem as normas conflitantes, deve ficar numa posição insustentável¹⁰.

III.II As demais classificações das antinomias inseridas no processo de consolidação.

As antinomias jurídicas podem ser classificadas em conformidade com os seguintes critérios: solução, conteúdo, âmbito e extensão da contradição. Ao processo de consolidação importa saber quanto aos critérios de solução, já evidenciado, de conteúdo e extensão, pois a questão do âmbito não se insere neste cotejo, em se tratando de antinomias entre normas de direito interno e internacional.

É importante o conhecimento da classificação das antinomias quanto ao conteúdo, pois clarifica os limites de atuação do projeto de consolidação das leis. O critério de conteúdo classifica a antinomia em própria e imprópria. A antinomia imprópria poderá se apresentar como: de princípios, valorativa e teleológica.

A antinomia própria acontece quando uma norma é a negação da outra. As atitudes exigidas pelas normas são inconciliáveis, pois uma proíbe e a outra autoriza. A antinomia própria é solucionada com objetividade, ou seja, com a aplicação de um dos critérios de solução objetiva: o cronológico ou o hierárquico, e em determinados casos o de especialidade. Esta objetividade é tratada com maestria pelo Dr. João Baptista Machado (1998, p. 237-238), no sentido da solução ser encontrada através de uma justiça formal, sem um processo de justificação subjetiva, pois os critérios são objetivamente fixos.

A antinomia imprópria ocorre em virtude de conteúdo material das normas evidenciadas, podendo ser: de princípios, valorativa ou teleológica. Os princípios são axiomas basilares da ciência do direito. Os princípios gerais fundamentam todos os ramos do direito e os específicos giram em torno dos seus respectivos ramos do direito. Antinomia imprópria de princípios se dá quando estas idéias norteadoras do direito entram em contradição. Vale ressaltar que tal antinomia pode ser aparente, pois é passível a co-existência entre princípios, que em dado fato concreto se contradizem. Não cabendo no processo de consolidação das Leis tratar

⁹ A contradição deve ser caracterizada na atitude exigida pelas normas conflitantes, assim são antinômicas a norma A que prescreve *é permitido fumar neste recinto* e a B, que estatui *é obrigatória a omissão de fumar neste recinto*.

¹⁰ Quando a antinomia se dá entre normas cronológica, hierárquica e especialmente semelhantes e não há nos critérios existentes solução capaz de desvendar qual a norma deve ser aplicada

especificadamente desta antinomia, em razão inclusive de sua própria natureza eminentemente constitucional e não legal, como já bem posicionou Karl Larenz (1969, p. 177-178)¹¹.

A antinomia imprópria valorativa se dá quando o legislador não for fiel a uma valoração por ele próprio realizada, pondo-se em conflito com as próprias valorações. Um exemplo bem nítido quando uma norma prescreve pena mais leve para um delito considerado como mais grave ou ainda quando no sistema encontram-se normas que transcrevem penas diferentes para condutas iguais. Também não há como na consolidação esmiuçar sobre tal tipo.

A antinomia imprópria poderá ainda ser da forma teleológica quando se apresentar incompatibilidade entre os fins propostos por certa norma e os meios previstos por outra para consecução daqueles fins. O legislador quer alcançar um determinado fim com uma norma, porém em outra rejeita os meios para obter tal finalidade.

Na consolidação as leis, haverá tão somente a resolução das antinomias de conteúdo caracterizadas como própria, pois as impróprias, antinomias de ordem material, poderão ser não resolvidas, mas indicadas para que haja a concreção das opções axiológicas sobre o resultado pretendido pela sistematicidade jurídica.

Em relevância ao critério da extensão a antinomia poderá se apresentar de maneira total-total, total-parcial e parcial-parcial. A antinomia total-total é a incompatibilidade absoluta entre duas normas, ou seja, entre uma norma e outra não poderá haver conciliação na aplicação. Uma norma não poderá ser aplicada em nenhuma circunstância sem conflitar com a outra. Alf Ross (2003, p. 158) exemplifica: os fatos condicionantes de cada norma são simbolizados por um círculo, existe uma antinomia desse tipo quando ambos os círculos coincidem totalmente.

A questão é saber se há a possibilidade de conciliação da aplicação das normas. Caso seja possível a conciliação entre as normas, dependendo da abrangência desta conciliação teremos a antinomia total-parcial ou antinomia parcial-parcial.

A antinomia total-parcial é visível quando uma das normas não puder ser aplicada, em nenhuma circunstância, sem conflitar com a outra, enquanto a outra tem um campo de aplicação que conflita com a anterior apenas em parte. Esta situação antinômica é encontrada na relação entre a norma geral e a norma especial, conforme preconizado por Norberto Bobbio (1999)¹². Os elementos especializantes de uma norma tornam a aplicável sem qualquer contradição com a

¹¹ “Estes critérios de valor, quando se trata de investigar qual das interpretações de uma lei ordinária, possíveis segundo outros critérios, lhes corresponde melhor, são vistos como uma grandeza fixa, que fornece efectiva orientação, quando o que está em causa é a interpretação correcta dos próprios critérios constitucionais. A interpretação da Constituição – pelo menos daqueles princípios cujo significado se não confina estritamente ao direito do Estado – torna-se assim numa questão prévia da totalidade da interpretação jurídica, certo como é, segundo doutrina hoje pacífica, que toda a norma jurídica deve ser interpretada “em conformidade com a Constituição”. mas a constituição, por sua vez, carece também interpretação. Seguirá esta os mesmos princípios próprios da interpretação jurídica, ou haverá princípios próprios da interpretação constitucional ? (...) os problemas da interpretação constitucional não podem ser resolvidos com base numa hermenêutica jurídica geral; é preciso concebê-los como “regras materiais de solução de problemas, elaboradas a partir dos próprios problemas” LARENZ, Karl. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1969 p.177-178.

¹² p. 89, 96 e 97.

norma geral, é a busca da normatização da exceção a regra para dar ao caso um tratamento desigual proporcionalmente a sua desigualdade (igualdade material aristotélica). A especificidade apresentada pela norma derogadora é uma exceção à norma derogada. O outro tipo de extensão da antinomia se dá quando as duas normas tiverem um campo de aplicação, as duas normas apresentam tanto uma parte conflitante entre elas e uma outra parte conciliável. No processo de consolidação as partes das normas que são conciliáveis, inclusive as exceções, deverão ser integradas.

IV. Os critérios solucionadores das antinomias jurídicas

Os critérios ou de regras fundamentais para solução de antinomia são de três tipos: o cronológico, o hierárquico e o da especialidade. Os critérios solucionadores das antinomias jurídicas são pressupostos implícitos colocados para a concreção da necessidade social de uniformidade das decisões e também como uma via de saída para o aplicador e interprete das normas. Os critérios cumprem o papel da necessidade social de uniformidade das decisões, ao resolverem as antinomias, evitam o interprete recorrer a valorações altamente subjetivas, como posiciona João Baptista Machado (1998, p. 238). Esta objetividade é mantenedora da segurança jurídica, assim aqueles que buscam a justiça estão, teoricamente, afastados de uma subjetividade extrema capaz de criar soluções para uma mesma antinomia a cada caso concreto. É de se observar a existência desta objetividade nos julgados do Supremo Tribunal Federal¹³.

Os critérios podem não estar descrito no ordenamento jurídico, pois não fazem parte do repertório, mas da estrutura do ordenamento, estabelecendo o conjunto de subordinação e coordenação. No Brasil, a Lei de Introdução ao Código Civil traz algumas considerações sobre as relações inter-normativas, como também foi feita, outrora, pela Lei da Boa Razão de Marques de Pombal (GODOY).

A não necessidade de previsão no ordenamento é em razão da caracterização dos critérios não como um princípio lógico, mas sim um princípio jurídico-positivo que está evidentemente implícito, como pondera Kelsen¹⁴. Os critérios têm uma dependência normativa, ou seja, limitam-se a indicar a norma aplicável, e assim não valem por si, não se aplicam direta e imediatamente às relações da vida, aos comportamentos humanos, como colocou Batalha¹⁵.

¹³ ACO-AgR 597 / SC - SANTA CATARINA; RMS 22406 / PE - PERNAMBUCO; ADI-MC 1480 / DF - DISTRITO FEDERAL; Ext 662 / PU - PERU; HC 72862 / SP - SÃO PAULO; HC 71261 / RJ - RIO DE JANEIRO; HC 68793 / RJ - RIO DE JANEIRO; Rp 1028 / AL - ALAGOAS

¹⁴ “Não é princípio lógico, mas um princípio jurídico-positivo, poder-se-ia objetar que uma norma que regula a realizante derrogação no caso de conflito de normas, como norma expressamente estabelecida, em geral não se encontra num ordenamento positivo. A partir disto, é de se explicar que o legislador muitas vezes deixa de normas expressamente porque ele o pressupõe como evidentemente implícito.” KELSEN, Hans. Teoria geral das normas. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris editor, 1986. p.162.

¹⁵ “A solução afigura-se-nos óbvia: as normas de super-direito não são independentes; limitam-se elas a indicar a norma aplicável ou o espírito com o qual deve ser a mesma aplicada. Não valem por si, não se aplicam direta e imediatamente às relações da vida, aos

Os critérios cronológico e hierárquico são de natureza formal, pois ignoram como método de solução a natureza material das normas antinômicas. Já o critério da especialidade levaria em consideração a natureza material das normas e por isso seria um critério interpretativo.

O cronológico tem a sua idéia expressa no brocardo jurídico: *lex posterior derogat legi priori*. Assim sendo a lei posterior derrogará a lei anterior dando ao sistema jurídico a sua característica dinâmica. O preceito do presente critério é, justamente, a possibilidade da transmutação das normas componentes do sistema, no sentido da visão social atual ou pelo menos mais contemporânea.

O segundo dos critérios é o hierárquico, o seu comando é *lex superiori derogat legi inferiori*. O uso deste critério para solução de antinomia remeterá o aplicador ou intérprete ao uso da norma hierarquicamente superior, quando se tratar de normas de diferentes níveis. A norma é inferior ou superior devido ao seu poder normativo. E isto é bem retrato por Bobbio:

O cabo recebe ordem do sargento, o sargento do tenente, o tenente do capitão até o general, e mais ainda: num exército fala-se de unidade de comando porque a ordem do cabo poder ter origem no general. O exército é um exemplo de estrutura hierárquica. Assim é o ordenamento jurídico. (BOBBIO, 1999, p. 49.50)

O poder normativo da Constituição é mais abrangente por estar mais próximo da norma fundamental (*grundnorm*) de legitimação do poder originário pelo povo, e por isso é superior a uma lei ordinária, assim como o poder normativo de uma lei é superior ao poder normativo de um ato normativo.

O brocardo *Lex specialis derogat legi generali* descreve o critério da especialidade. A norma é considerada especial, em seu sentido de especificidade, quando possuir todos os elementos típicos da norma geral e ainda acrescentar outros, tanto de natureza objetiva ou subjetiva. Estes elementos acrescidos pela norma especial são denominados, pela doutrina, de especializantes. Tais elementos trazidos pela norma especial aprofundam na situação fática evidenciada pela norma geral. Bobbio (1999, p. 96) chama este aprofundamento de diferenciação gradual, na qual representa um aprofundamento no desenvolvimento do ordenamento, e bloquear a norma especial frente à geral significaria paralisar esse desenvolvimento.

Alf Ross (2003, p. 158) traduz bem o que vêm a ser na prática os tais elementos especializantes, colocando que uma regra é particular em relação à outra se seu fato condicionante é um caso particular do fato condicionante da outra regra.

comportamentos humanos. Não são normas autônomas, mas formam um só corpo com as normas substanciais.” BATALHA, Wilson de Souza Campos. Introdução ao Estudo do Direito. RJ: Forense, 1986. p 389

V. O efeito do conflito entre os critérios: a antinomia de segundo grau

Os próprios critérios de solução das antinomias jurídicas podem apresentar conflitos. Estes conflitos são evidenciados quando uma mesma antinomia jurídica poderia, teoricamente, ser solucionada não por um critério somente, mas sim por dois critérios. Um exemplo clarividente é o caso de uma lei complementar anterior entrar em conflito com uma norma ordinária posterior. A antinomia sendo solucionada pelo critério hierárquico encaminharia como norma ab-rogadora a complementar, já o critério cronológico apresentaria como resposta a norma ordinária, pois esta é posterior. Norberto Bobbio define que o efeito deste conflito de critérios é o surgimento das chamadas antinomias de segundo grau, caracterizadas pela incompatibilidade não das normas, mas sim dos critérios¹⁶. Os conflitos entre critérios podem apresentar as seguintes formas: a) Hierárquico conflitando com o cronológico: quando uma norma anterior-superior é antagônica a uma norma posterior-inferior; b) De Especialidade conflitando com o cronológico: quando uma norma anterior-especial é antagônica a uma norma posterior-geral; c) Hierárquico conflitando com o de especialidade: quando uma norma superior-geral é antagônica a uma norma inferior-especial.

No primeiro caso, temos que a aplicação do critério hierárquico como caminho revelará a norma superior como solução e usando o critério cronológico teremos a norma posterior. Está instaurado o conflito entre os critérios solucionadores. A resposta a esta antinomia de segundo grau é simples, o critério hierárquico prevalecerá em detrimento ao critério cronológico. Isto se deve a dois elementos, o primeiro da relevância fundamental do princípio da ordem hierárquica para o sistema jurídico, tal relevância baseia-se na unidade das normas como já vimos, o segundo elemento é que o critério cronológico é solucionador para caso de antinomia entre normas do mesmo nível hierárquico ou no mesmo plano. Tal procedimento constitui a regra *lex posterior inferior non derogat priori superiori*.

No segundo critério há uma ressalva entre os doutrinadores. A norma anterior-especial prevaleceria sobre a posterior-geral se usássemos o critério da especialidade e caso o uso do critério cronológico, a norma posterior-geral seria a escolhida. A ressalva doutrinária nasce quando a regra estabelecida, *lex posterior generalis non derogat priori speciali*, não é absoluta como solução para este conflito. Em determinados casos a regra estabelecida poderá ser usada de maneira inversa.

¹⁶ “Não se podem aplicar ao mesmo tempo dois critérios: os dois critérios são incompatíveis. Aqui temos uma incompatibilidade de segundo grau: não se trata mais da incompatibilidade de que falamos até agora, entre normas, mas da incompatibilidade entre os critérios válidos para a solução da incompatibilidade entre as normas. Ao lado do conflito entre as normas, que dá lugar ao problema das antinomias, há o conflito dos critérios para a solução das antinomias, que dá lugar a uma antinomia de segundo grau”. BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. Tradução: Maria Celeste C. J. Santos. 10.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. p. 107.

No último caso também temos alguma controvérsia entre qual deverá ser a solução adequada. Adotando o critério hierárquico, chegaremos a norma superior-geral como solução e adotando o critério de especialidade a norma inferior-especial. A controvérsia é bem pesada por Bobbio, em jogo estão representados dois valores fundamentais para a própria existência da sistematicidade: o respeito a hierarquia, e a adaptação gradual do Direito¹⁷.

Não tendo como se estabelecer uma regra, propriamente dita, a solução será sempre buscar a Justiça ao caso concreto, conforme Maria Helena Diniz (2001, p. 52), através da consciência jurídica popular e com objetivos sociais.

VI. A co-existência do conceito de sistema com o de antinomia.

A caracterização da ciência do direito como sistema jurídico é classificá-la como algo ordenado por regras próprias, coordenadas e sem arbítrios com intuito de exemplificar e projetar ao homem o sentido da vida social harmônica.

A classificação do direito como sistema pode ser encarado como um leve equívoco semântico, pois é a ciência do direito que deve ser estudada de modo sistemático como método para facilitação do conhecimento e manejo daqueles que a aplicam.

A definição científica seja do direito ou da ciência do direito como sistema é impossível, não há uma parametrização perfeita dos elementos dos conjuntos (normas), assim não é cientificamente aceitável. A lição de Irineu Strenger é perfeita neste sentido: “Para que nossos pensamentos não sejam contraditórios é preciso observar o princípio de contradição. Não deve haver contradição formal em nenhum raciocínio, nem em qualquer sistema científico.” (1999, p. 89).

O sistema jurídico tem as suas características peculiares como: a complexidade, a unidade, a dinamicidade, a coerência tendencial, a completude tendencial, a não linearidade, e a abetura.

O ordenamento jurídico é caracterizado por Bobbio (1999, p. 38) como complexo, por ter múltiplas fontes geradoras de normas, em razão da recepção de normas já produzidas por ordenamentos diversos e precedentes, e também, da delegação de poder produzir normas jurídicas a poderes ou órgãos inferiores.

A unidade do sistema jurídico repousa na sua disposição de forma hierárquica. O sistema tem origem na norma fundamental, a *grundnorm* kelsiana, a qual num Estado Democrático necessariamente é a legitimação do poder originário pelo povo de forma democrática, descrita na sistematicidade jurídica brasileira no parágrafo único do artigo 1º da Constituição Federal.

¹⁷ “A gravidade do conflito deriva do fato de que estão em jogo dois valores fundamentais de todo ordenamento jurídico, o do respeito da ordem, que exige o respeito da hierarquia e, portanto, do critério da superioridade, e o da justiça, que exige a adaptação gradual do Direito às necessidades sócias e, portanto, respeito do critério da especialidade”. BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. Tradução: Maria Celeste C. J. Santos. 10.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. p. 109.

O sistema para ser considerado unitário a norma fundamental deve ter poder normativo a todas as outras normas do sistema, ou seja, a norma fundamental deve ter influência direta ou indiretamente em todas as outras normas. O poder constituinte originário deriva da norma fundamental, assim como a Constituição deriva do poder constituinte originário e assim sucessivamente. Esta forma hierárquica do sistema é a sua unidade, teorizada por Kelsen, na construção escalonada do ordenamento jurídico. Vale ainda lembrar a lição de Claus-Wilhelm Canaris: “No que toca à unidade, verifica-se que este factor modifica o que resulta já da ordenação, por não permitir uma dispersão numa multitude de singularidades desconexas, antes devendo deixa-las reconduzir-se a uns quantos princípios fundamentais.” (CANARIS, p. 13-14)

A essência da relevância do princípio da unicidade, também chamado de princípio da não-contradição, para o direito é configurada ao sabermos que o fato não será analisado sob a ótica de uma norma, mas sim sobre o conjunto de normas formadoras do sistema jurídico. É o sistema jurídico em sua totalidade que normatiza o fato e não apenas uma lei específica. O doutor João Baptista Machado (1998, p. 213) é contundente ao descrever tal assertiva como a totalidade dos interesses considerados e tutelados pelo sistema jurídico global.

A relevância desta questão é tamanha que alguns doutrinadores entendem que é inconcebível a idéia da existência do sistema jurídico sem o cumprimento integral do princípio da não-contradição, ou seja, não poderia haver antinomias jurídicas sem solução. Tal pensamento é descartado ao encarmos o sistema como algo mutável e a nova valoração do fato sob ótica condizente com o pensamento vigente no tempo será, em sua grande maioria, antagônica a velha vontade, ali representada pela norma anterior. O doutrinador, Paulo Gusmão (1978, p. 214), como tantos outros, descreve erroneamente, a resolução das antinomias como pressuposto da existência da ordem jurídica.

O dogma da unidade como característica do sistema jurídico já ganhou ares teóricos e não práticos, pois como bem ressalta Maria Helena Diniz (1994, p. 68), é impossível mesmo o legislador conhecer todas as normas jurídicas que existem no ordenamento jurídico. A aceitação da existência conjunta dos conceitos de sistema jurídico e antinomia jurídica é um dos grandes paradigmas já quebrados na atualidade.

O sistema jurídico é compreendido modernamente como dinâmico, mutável, pois as normas que o compõem tentam acompanhar as valorações do seu tempo sobre os fatos já vividos até então e sobre os novos fatos vivenciados pela sociedade humana. Os valores humanos se transmudam ao longo do tempo, pois a sociedade humana evolui no transcurso do aprofundamento das relações entre os indivíduos e destes com o meio. Antonio Carlos Wolkmer

conceitua esta transmutação como realidade histórico-social humana, na qual valores e organização societária tentam a harmonia¹⁸.

A completude é bem tratada por Bobbio (1999, p. 115) como a falta de lacunas. O sistema jurídico tendencialmente anda em compasso com a realidade fática vivida pela sociedade, porém existem fatos juridicamente relevantes sem a devida valoração normativa.

O sistema normativo é do tipo aberto por estar em relação de importação e exportação com outros tipos de sistema (FERRAZ JUNIOR, 2006, p.141). A característica da não linearidade explica as leis injustas, a evolução normativa encontra profundos sobressaltos e equívocos, inclusive, por vezes ao retrocesso significativo, como ressalta Atahualpa Fernandez (2006, p. 60). Um exemplo pode ser retirado da comparação do direito cuneiforme com outros de diferentes épocas. John Sassoon (2005, p. 168) já concluíra que o Código de Eshununna seria comparável em termos de reconhecimento dos direitos humanos à situação legal da Inglaterra de 1.150 d.c., assim como Código de Hammurabi representaria a Inglaterra de 1.250 d.c..

A contraposição de valores normatizados leva o coque de teses, que por sua vez levará, a cada momento, uma superação em algum ponto de uma tese sobre a outra. Não que esta superação não possa ser revista, e assim no embate não se enxerga uma nova tese vencedora, mas sim um *blend* na qual a tese envelhecida é rejuvenescida pela preponderância da atualidade da maioria, num jogo democrático em que o avanço social não poderá ser o único caminho. Caracterizado em equilíbrio dialético reflexivo baseando-se em premissas verdadeiras e conclusões de ampla aceitação no qual as forças empurram o círculo para traz ou para frente, e não numa linha dialética de criação de antítese sobre tese. As forças, na tensão dialética do direito, ocorrem entre aquilo que já se conquistou e aquilo que se deseja conquistar, entre a realidade e o ideal, na dialética da complementaridade, na funcionalidade entre contrários, entre meios e fins, entre forma e conteúdo, ou entre as partes e o todo, conforme a lição de Miguel Reale (2003, p. 345-347).

As palavras de Reis Friede (2002, p. 14-15) ratificam que são as próprias contradições a força motriz do sistema, pois este evolui nutrindo-se desta dialética, não é a certeza ou a precisão que compõem a cientificidade do direito, mas sua própria concepção antinômica.

A antinomia jurídica, devido a esta dinamicidade e complexidade, é um elemento inerente ao sistema jurídico. Este fenômeno jurídico existe, e transforma o conceito teórico de sistema jurídico no conceito prático da sistematicidade jurídica, a medida que o mesmo prevê critérios

¹⁸ “O homem, enquanto realidade histórico-social, tende a criar e a desenvolver, no contexto de um mundo natural e de um mundo valorativo, formas de vida e de organização societária. A espécie humana fixa, na esfera de um espaço e de um tempo, tipos e expressões culturais, sociais e políticas, demarcadas pelo jogo dinâmico de forças móveis, heterodoxas e antagônicas. Cada indivíduo, vivendo na dimensão de um mundo simbólico, lingüístico e hermenêutico, reflete padrões culturais múltiplos e específicos. Sendo a realidade social o reflexo mais claro da globalidade de forças e atividades humanas, a totalidade de estruturas de um dado grupo social precisará o grau e modalidade de harmonização deste”. WOLKMER, Antonio Carlos. Ideologia, Estado e Direito. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 64.

para sua solução, por ser a coerência do sistema jurídico algo tendencial e não pressuposto da existência do sistema. A consolidação resolvendo as antinomias, dentro de sua possibilidade, refaz inversamente o caminho trazendo coerência a sistematicidade jurídica e aproximando assim do conceito científico de sistema.

VII. Conclusão

O equilíbrio do meio jurídico segue pelo equacionamento da segurança jurídica, através de uma prática comprometida com a maximização da justiça, seguindo a vertente axiológica da reviravolta do pensamento ocidental aberta por Descartes e concluída por Kant (GOMES, 2000, p. 9), tendo como preocupação principal a proporcionalidade da individualidade com a coletividade, do naturalismo com o positivismo, do poder com a opressão.

Os elementos considerados até então pela vertente axiológica do direito são eminentemente teóricos, não é só o fato valorado pela norma, não são só o tempo e o espaço auto-definidos, o que na prática se apresenta é o homem projetando um processo de organização, no qual ele mesmo participa como elemento. É o elemento humanidade que visualiza o processo, que impulsiona os demais elementos, forjada na hermenêutica, no duplo processo de interpretação do fato e da norma, como forma de transformação e não contemplação.

Uma das ações que o homem deve fazer no seu mister de elemento prático do sistema jurídico é trazer coerência àquilo que ele projetou e produziu, e a consolidação das leis é um dos caminhos para a simplificação do direito, como modo de facilitação ao acesso à justiça, ensina Mauro Cappelletti (1998, p. 256). Resolvendo as antinomias jurídicas aparentes, através do processo de consolidação, a multitude das normas jurídicas deixam se tornar desconexas para tendencialmente a unidade ser não só um conceito teórico, mas também prático.

A consolidação faz com que a linguagem das Leis seja mais compreensível, revelando com mais facilidade a realidade normativa, trazendo a tona aquilo que o Poder Legislativo produziu, tornando-o mais efetivo, como paralelamente extra-se dos ensinamentos de Hannah Arendt¹⁹. Ao legislador cabe a consciência que sua responsabilidade enquanto membro do poder é primar pela qualidade e clareza de seu trabalho legislativo, invés de se demonstrar apático à necessidade de sistematização através da consolidação, como ainda crêem alguns (LARAIA, 2000, p. 184).

Um maior conhecimento das Leis, e conseqüentemente dos direitos, é maior a probabilidade de reconhecimento do problema social como um problema jurídico, facilitando

¹⁹ “O poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciarem, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades.” ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. RJ: Forense, 1983. p.212.

assim a justa reivindicação, principalmente aos cidadãos de menores recursos, como já bem explicou Boaventura Souza Santos (1995, p. 170).

Ao clarificar a sua produção o Poder Legislativo valoriza a sua atuação no pacto governamental, harmonizando a relação entre os demais poderes, sobretudo com o mastodonte do Executivo. Define de maneira mais evidente qual a valoração do fato está em vigência, abrindo com mais vigor o número de pessoas que possam contrapô-la. Desfaz assim um pouco o mito da linguagem legal como inacessível às pessoas comuns, esvaziando os tantos Hermes, Moises-Aarão (FERRAZ JUNIOR, 2003, p. 308), Maomé-Abdula que ainda tenham exclusivamente para si a tarefa transformadora da hermenêutica normativa como propulsora da evolução do sistema jurídico, concretização o elemento democrático da cidadania inclusive trazida por Rober Dahl (2001, p. 35).

A crise da legalidade, que por alguns é a motivação para a tese constitucionalista do controle de conformidade constitucional dos atos jurídicos, pode e deve ser superada através de instrumentos, como a consolidação, que garantam que a lei seja efetivamente um produto claro de uma ação humana acessível e assim democrática, que visa melhores condições de vida ao povo.

BIBLIOGRAFIA

- ATTCHISON, Alexander. *Encyclopedia perthensis*. Universal dictionary of the arts, sciences, literature, volume II. 2 ed. 1796.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. RJ: Forense, 1983.
- BATALHA, Wilson de Souza Campos. *Introdução ao Estudo do Direito*. RJ: Forense, 1986.
- BATISTA, Roberto Carlos. Antinomias jurídicas e critérios de resolução. *Revista de Doutrina e Jurisprudência* - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. n. 58, set./dez. 1998.
- BOAVENTURA, Souza Santos. *Pela mão de Alice*. SP: Cortez. 1995.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.
- BOUZON, Emanuel. Origem e Natureza das Coleções do Direito Cuneiforme. *Justiça e História*. v.2, n. 3, p. 17-54, 2002.
- CANARIS, Claus-Wilhelm. *Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito*. 3. ed. Fundação Calouste Gulbenkian:Lisboa.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional*. Coimbra: Almedina, 1992.
- CAPPELLETTI, Mauro. *Acesso à Justiça*. Proto Alegre: Fabris, 1998
- DAHL. Robert. *Sobre a Democracia*. Brasília: Ed. UNB, 2001.

DEZEN JÚNIOR, Gabriel. *O Instituto da Consolidação: Panorama Histórico, Jurídico e Político*. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/publicacoes/consolidacaoeis/gabriel.pdf>>. Acesso em: 15 ago 2007.

DINIZ, Maria Helena. *Conflito de normas*. 4.ed. SP: Saraiva, 2001.

FERNANDEZ, Atahualpa. *Argumentação jurídica e hermenêutica*. SP: Impactus, 2006.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Enciclopédia Saraiva do Direito*. SP: Saraiva, 1978.

_____. *Introdução ao estudo do direito*. 4ª ed. SP:Atlas, 2003.

_____. *Teoria da norma jurídica*. 4ª ed. RJ:Forense, 2006.

FREIRE, Natália de Miranda. *Técnica e processo Legislativo*. SP: Del Rey, 2002.

FRIEDE, Reis. *Ciência do direito, norma, interpretação e hermenêutica jurídica*. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GODOY, Arnaldo Moraes. *A completude do ordenamento jurídico na lei da boa razão: a teoria de Norberto Bobbio e a experiência jurídica pombalina*. Disponível em: <<http://www.uel.br/cesad/pos/publicacoes/10.SCIEN.%20GODOY.rtf>> Acesso em: 15 ago. 2007.

GOMES, Alexandre Travessoni. *O fundamento da validade do direito*. Kant e Kelsen. BH: Mandamentos, 2000.

GOYARD-FABRE, Simone. *Os fundamentos da ordem jurídica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GUSMÃO, Paulo Dourado. *Introdução ao Estudo do Direito*. 8ª ed. RJ: Forense, 1978.

HOUAISS. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KELSEN, Hans. *O Problema da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Teoria geral das normas*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1986.

_____. *Teoria pura do direito*. SP: Martins Fontes, 1997.

LARAIA, Ricardo Regis. Sistema jurídico e antinomia de normas. In: LOTUFO, Renan (org.) *Cadernos de Teoria Geral do Direito*. Curitiba: Juruá, 2000.

LARENZ, Karl. *A Metodologia da Ciência do Direito*. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1969

LITRENTTO, Oliveiros. *Dialética e Técnica na Teoria Geral do Direito*. RJ: Forense. 1983.

LORINI, Giuseppe. Incoerenza senza opposizione. *Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto*. Roma: Giuffrè Editore, v.72, n.3, jul./set., 1995.

LUHMAN, Niklas. *O Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

MACHADO, Hugo de Brito. *Introdução ao Estudo do Direito*. SP: Atlas, 2004.

MACHADO, João Baptista. *Âmbito de eficácia e âmbito de competência das leis: limites das leis e conflitos de leis*. Coimbra: Livraria Almedina, 1998.

MCELLIGOTT, James N. *Manual, analytical and synthetical, of orthography and definition*. New York: Mark H. Newman & Co. 1846.

NIETZSCHE, Friedrich. *Introdução á tragédia de Sófocles*; apresentação à edição brasileira, tradução do alemão e notas Ernani Chaves. RJ: Jorge Zahar Ed, 2006.

REALE, Miguel. *Horizontes do Direito e da Historia*. 3ª ed. SP: Saraiva, 2003.

RIVERA, José Rodríguez de. Antinomias. Disponível em:

http://sunwc.cepade.es/~jriviera/bases_teor/episteme/glosar_epistem/antinomia.htm. Acesso em: 17 fev. 2007.

ROSS, Afl. *Direito e Justiça*. Tradução e notas de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO. 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. In.: ROCHA, Carmem Lúcia Antunes (org.). *Constituição e segurança jurídica*. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

SASSON, John. *Ancient Laws and Modern Problems: The Balance Between Justice and a Legal System*. Intellect Books. 2005.

SMEDLEY, Edward; ROSE, Hugh James; ROSE, Henry John. *Encyclopedia metropolitana*. Universal dictionary of knowledge. 1.845, volume XIV.

STRENGER, Irineu. *Lógica Jurídica*. SP: Ltr, 1999.

TEGG, T. *London encyclopaedia, or, Universal dictionary of science, art, literature, and practical mechanics* : compromising a popular view of the present state of knowlege. London: Printed for T. Tegg. 1839.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, Estado e Direito*. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.